



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo:** 08252875820198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SHIRLLENNE RODRIGUES DE MORAIS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, tendo em vista que a parte não apresenta boletim de ocorrência, documento capaz de discorrer acerca do acidente e de como o mesmo ocorreu.

Ocorre que no presente caso o autor não demonstrou a presença de nexo causal entre o acidente alegado e a invalidez suportada, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos não são capazes de comprovar o nexo de causalidade entre o suposto acidente e as sequelas apresentadas pelo autor, sendo importante esclarecer que o autor afirma ter sido vítima de acidente de trânsito **SEM COMPROVAR EM MOMENTO ALGUM QUE O MESMO OCORRERA.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Caso V. Exa. não acolha os argumentos apresentados acima e proceda com a condenação de acordo com a gradação da lesão apurada no exame pericial, requer o abatimento do valor pago administrativamente no valor de R\$6.750,00, conforme já explanado em sede de defesa.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 22 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Consulta processos - Processo Ju... x 0825287-58.2019.8.18.0140 - Pro... x Email - Reinaldo Filho - Outlook x +

tjpi.pje.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detailhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=313607&ca=8220a104be69db24d76daf87f4db3a48c35906c502ff...

Apps Processo Virtual Na... -Administrativo Portal do Advogado Google Nova guia Meu INSS [bb.com.br] Zimbra: Movimenta... PJE 1º

**PJE** ProOrd 0825287-58.2019.8.18.0140  
SHIRLLENNE RODRIGUES DE MORAIS X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS ...

7331196 - Petição (2659582 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR 02)  
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO em 25/11/2019 18:25:35

25 Nov 2019


- 7331193 - Petição (Habilitação em processo)
  - 7331196 - Petição (2659582 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL JUR 02)

18 Nov 2019

- JUNTADA DE PETIÇÃO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
  - 7210481 DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
    - 7210489 - DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (DPVAT)
- JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

43 de 43

2659582- CJ/ 2019-05911/ DAMS

  
JOÃO BARBOSA  
ADVOCADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08252875820198180140

PT 14:50 27/11/2019